

IMPUGNAÇÃO À PENHORA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

Processo nº: _____

Impugnante: _____

Advogado: _____

OAB nº: _____

Endereço profissional: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Impugnado: _____

I – DOS FATOS

1. O Impugnante foi surpreendido com a constrição judicial incidente sobre bens que entende indevidamente penhorados, conforme consta nos autos do processo em epígrafe.
2. A penhora recaiu sobre bens essenciais para o exercício da atividade profissional do Impugnante, ou sobre bens impenhoráveis nos termos da legislação vigente, configurando afronta ao princípio da menor onerosidade e à dignidade da pessoa humana.
3. Ademais, a avaliação dos bens penhorados apresenta vícios que comprometem a validade da constrição, requerendo a revisão imediata para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

II – DO DIREITO

4. Nos termos do artigo 833 do Código de Processo Civil, são impenhoráveis os bens necessários à sobrevivência do executado e de sua família, tais como:

- Bens de uso pessoal, roupas, utensílios domésticos e alimentos;
- Salários, vencimentos, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões e quantias recebidas por liberalidade de terceiro;
- Bens indispensáveis ao exercício da profissão do executado;
- Outros previstos em lei.

5. A penhora realizada sobre bens enquadrados nas hipóteses legais de impenhorabilidade é nula, conforme entendimento pacificado nos tribunais superiores.

6. Ainda, a avaliação dos bens deve respeitar os princípios da razoabilidade e

proporcionalidade, evitando constrições excessivas e desproporcionais que comprometam a subsistência do executado.

III – DA IMPUGNAÇÃO À PENHORA

7. Pelo exposto, o Impugnante vem tempestivamente apresentar sua impugnação à penhora realizada nos autos, requerendo a imediata liberação dos bens indevidamente constritos.

8. Requer seja realizada nova avaliação, caso mantida a constrição, com observância rigorosa das normas legais e princípios aplicáveis.

IV – DOS PEDIDOS

9. Ante o exposto, requer:

- a) O recebimento desta impugnação, com a conseqüente suspensão da penhora realizada;
- b) A declaração de nulidade da penhora sobre os bens impenhoráveis ou essenciais ao exercício profissional do Impugnante;
- c) A liberação imediata dos bens constritos que se enquadrem nas hipóteses legais de impenhorabilidade;
- d) Caso mantida a penhora, que seja realizada nova avaliação judicial, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- e) A condenação do Impugnado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
- f) A intimação do Impugnado para que se manifeste sobre a presente impugnação, no prazo legal.

V – DAS PROVAS

10. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal e pericial.

Termos em que,
Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Local e data

Nome do Advogado

OAB nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/impugnacao-a-penhora/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.